

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES, NO MUNICÍPIO DE MARICÁ.

Autor: Fernanda Mesquita Alves

Orientador: Ludmila Taveira Santos

Resumo: O projeto enfoca a importância da implementação de políticas públicas em saúde mental dentro da atenção básica, as quais estão voltadas para melhorias nas condições de saúde da população. Trata-se de levantar as políticas públicas municipais, produzindo uma visão integrada sobre promoção, proteção e recuperação da saúde mental, entendendo como são elaboradas, organizadas e executadas as políticas públicas na cidade de Maricá, antes e durante o período pandêmico. O objetivo deste projeto é descrever e analisar o cenário atual da saúde mental dos adolescentes, como também impactos da pandemia e outros fatores de risco. Assim como, avaliar o funcionamento das políticas públicas na cidade e como refletem nas condições de vida dos jovens.

Palavras-chave: Saúde Mental. Pandemia. Impactos. Adolescentes.

Abstract: The project focuses on the importance of implementing public policies in mental health within primary care, which are aimed at improving the health conditions of the population. It is about raising municipal public policies, producing an integrated vision on the promotion, protection and recovery of mental health, understanding how public policies are elaborated, organized and executed in the city of Maricá, before and during the pandemic period. The objective of this project is to describe and analyze the current scenario of adolescent mental health, as well as the impacts of the pandemic and other risk factors. As well as evaluating the functioning of public policies in the city and how they reflect on the living conditions of young people.

Keywords: Mental health. Pandemic. Impacts. Adolescents.

Introdução

A partir da década de 1960, as ideias e práticas do psiquiatra Franco Basaglia, que inovou seu método de abordagem e terapia no tratamento de pessoas com transtornos mentais na Itália, inspirou a Reforma Psiquiátrica no Brasil. Basaglia foi o principal motivador da reforma, tendo em vista sua

abordagem diferencial que buscava a reinserção do paciente na comunidade em vez de isolá-lo num manicômio. Em consequência disso, modificou a forma como a sociedade deve lidar com seus “loucos” para reintegrá-los à sociedade. (LOBOSQUE, 2009, p. 18).

A reforma psiquiátrica causou o fechamento de manicômios e hospícios que se proliferaram no país, a lei que promoveu a reforma, tem como diretriz principal a internação do paciente somente se o tratamento fora do hospital se mostrar ineficaz, dessa forma, surgiram novos serviços como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), dando forma a Reforma Psiquiátrica do Brasil, proporcionando atendimento psicológico, consultas médicas, serviço social, terapia ocupacional, entre outros. (Manuel Desviat, 2015).

Apesar do grande avanço, a saúde mental continua sendo um desafio ao sistema de saúde, o que se agravou ainda mais no período da pandemia do COVID 19, o qual se pode notar um considerável aumento nos casos de depressão, ansiedade e estresse, segundo dados divulgados e situações vividas por pessoas que conhecemos. O isolamento social, a crise econômica, o desemprego, a morte de familiares e amigos, as incertezas e o medo repercutem na vida das pessoas, afetando a saúde mental. (BRASIL, 2020; WHO, 2020).

Deste modo, dada a importância do tema e a dificuldade de se chegar ao diagnóstico, tendo em vista que os adolescentes têm dificuldade em buscar ajuda especializada pois frequentemente as pessoas associam a necessidade ou a busca por cuidados psicológicos e emocionais à “fraqueza” ou à “loucura”. Por essa razão, muitos jovens que enfrentam problemas emocionais deixam de buscar ajuda por acharem que o problema está neles e acabam lidando sozinhos com suas angústias. (Scott Stossel, 2014).

Sendo assim, é necessário compreender que o sofrimento vivido por esses jovens é uma dimensão da sua própria vida, pois irá impactar toda a sua família e o seu futuro como “ser em desenvolvimento”. Portanto, quanto antes se buscar ajuda, menor o prejuízo para suas relações e mais rapidamente estes adolescentes poderão compreender quais são os geradores de ansiedades, angústias, desmotivação e outras emoções que impactam suas vidas de modo negativo. (Francisco Baptista & Carolina Rabello, 2021).

De acordo com o livro Saúde Mental da Criança e do Adolescente:

“Ao longo da infância e da adolescência, desenvolvem-se gradualmente a capacidade de regulação dos próprios afetos e a autonomia na vida prática, muitas vezes em conflito com necessidades de dependência ainda presentes. Os pais devem manter um delicado equilíbrio entre as intervenções reguladoras necessárias e as ações de promoção da autonomia.”¹

Deste modo, o desenvolvimento infantil vai além de uma questão biológica e seu acompanhamento exige uma abordagem ampliada e em equipe. A avaliação do desenvolvimento infantil não se restringe somente à avaliação das habilidades pertencentes aos sistemas motor, perceptivo, de linguagem, que estão relacionadas a funções do processo de maturação neurológica, mas também, às influências ambientais e emocionais da criança. (Nelson Piletti, 2014).

Nos dias atuais, observa-se cada vez mais o excesso de diagnósticos na infância: problemas de aprendizagem, autismo, hiperatividade, transtornos obsessivos, entre outros. Por isso, é imprescindível que os profissionais tenham clareza de que estes diagnósticos precisam ser deixados em segundo plano, priorizando o acompanhamento criterioso do desenvolvimento infantil e da discussão com a rede de saúde mental. (OPAS,2021).

De modo geral, as políticas de saúde mental existentes estão relacionadas aos problemas da população adulta. Na população de crianças e adolescentes, os tipos de transtorno, principais fatores de risco e de proteção, estratégias de intervenção e organização do sistema de serviços têm especificidades que não podem ser contempladas pela simples extensão das estratégias de cuidado da população adulta à população infantil e juvenil. (BVSMS, 2014).

Sendo assim, a clínica da infância ainda é contaminada pelos modelos da clínica dos adultos. Falta pensar que “[...] o cérebro da criança está em evolução”, que “[...] haverá mais dificuldades na análise das suas funções, pois são modos de expressão clínica menos específicos” (Lefèvre,1989).

Contudo, um diagnóstico é algo extremamente complexo, que deve ser realizado de maneira cuidadosa para que projetos terapêuticos sejam

¹ Saúde Mental da Criança e do Adolescente, Roberto Santoro Almeida, Rossano Cabral Lima, Gabriela Crenzel, Cecy Dunshee de Abranches, pag.292

elaborados da forma mais efetiva possível. Desta forma, em psiquiatria infantil, a questão diagnóstica é ainda mais complexa, considerando que visa ao reconhecimento da patologia, quando incide em um organismo em pleno crescimento e evolução. (Francisco Baptista & Carolina Rabello, 2021).

Leme Lopes (1954), em seu trabalho sobre diagnóstico, diz que

“diagnóstico unidimensional é diagnóstico unidirecional”, referindo que partir somente do sintoma, do sinal, do dado clínico para alcançar a doença e o doente torna difícil a compreensão do paciente em sua totalidade. Chega a afirmar que esse tipo de diagnóstico é impossível em psiquiatria e que “o caminho para melhoria do diagnóstico psiquiátrico é a sistematização de um diagnóstico pluridimensional”.²

Por conseguinte, o diagnóstico psiquiátrico é clínico, exames complementares e testes neuropsicológicos podem ser úteis, mas têm menor relevância na investigação de psicopatologias infantis e juvenis. O quadro apresentado pela criança deve ser contextualizado a partir da investigação do seu ambiente de vida, de suas relações significativas e da sua história. (Amanda Dourado, Bruna Lidia, et al. 2021).

A atual situação mundial, caracterizada pelo enfrentamento à pandemia causada pela COVID-19, implicou na adoção de protocolos, um deles é o “isolamento social”, que consiste em manter os indivíduos em suas casas, evitando o contato físico entre pessoas de fora do convívio familiar e reuniões não-urgentes. (BRASIL, 2020; WHO, 2020).

Conforme dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde, no ano de 2020:

“A Organização Mundial da Saúde avalia que a pandemia de covid-19 criou uma crise global na saúde mental. A estimativa é de um aumento de 25% nos casos de ansiedade e depressão, só no primeiro ano da pandemia. Ao mesmo tempo, houve uma interrupção nos tratamentos destinados ao reequilíbrio da saúde mental. Segundo a OMS, a covid-19 expôs o quanto os governos estavam despreparados para seu impacto sobre a saúde mental, revelando uma escassez global crônica de recursos para a saúde mental.”³

² Neuropsicologia na Infância e na Adolescência, Francisco Baptista Assumpção Junior, Carolina Rabelo Padovani.

³ Dia Mundial da Saúde Mental alerta para efeitos da pandemia; rádio senado, 2022, disponível em: <https://www12.senado.leg.br> acesso em: 07/12/2022.

Contudo, este fato gerou uma maior vulnerabilidade, visto que a ruptura da rotina, a insegurança, o aumento da fragilidade socioeconômica familiar, a violência doméstica e o abuso são alguns dos aspectos fomentados pela pandemia que induzem a uma piora significativa na saúde mental infanto-juvenil. Dispondo maior propensão a quadros de ansiedade, estresse, depressão e demais transtornos psíquicos, especialmente para crianças portadoras de necessidades especiais. (Fiocruz, 2020).

Dessa forma, o desenvolvimento de medidas protetivas de âmbito familiar e de serviços de saúde se faz necessário para garantir o bem-estar emocional e físico dessa população vulnerável. Posto isso, observa-se importância da atenção básica, que presta o atendimento inicial dos usuários dos sistemas de saúde. (BVSMS, 2013).

No Brasil, o atendimento público e gratuito à saúde mental é realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O acolhimento acontece por meio da Rede de Atenção Psicossocial com serviços de atendimento e acompanhamento nas Unidades Básicas de Saúde, em Centros de Atendimento Psicossocial e de desinstitucionalização. (CCS, 2004).

A Rede de Atenção em Saúde Mental oferece serviços previstos pela lei. Alguns serviços são: o acesso à medicação, acolhimento, desenvolvimento de ações de promoção de saúde mental, psicoterapia individual e em grupo, intervenções terapêuticas coletivas, regime de atenção diária, acompanhamento contínuo, atenção hospitalar e às urgências e reabilitação psicossocial. (NICÁCIO; CAMPOS, 2007, p. 146).

Com isso, as políticas públicas funcionam para resolver um problema público, traçando soluções para chegar a uma finalidade que agrada a um grupo de pessoas. Pelo exposto, fica evidente a importância e necessidade do investimento na saúde mental de crianças e adolescentes, visto que a atenção a essa faixa etária ainda é muito precária, principalmente durante a pandemia.

Referencial teórico

Os problemas de saúde mental têm aumentado de modo dramático e têm ganhado importância no período pandêmico, principalmente desde que se criou

uma perspectiva diferente para se avaliar as questões da saúde mental. A política de saúde mental, é estruturada seguindo três eixos básicos de orientação: A informação, a intervenção e a capacitação. Tais orientações organizam-se de tal forma a permitir que os atores e os recursos disponíveis produzam os resultados esperados quanto aos problemas. (Fiocruz, 2021).

Deste modo é preciso construir um sistema de informação com instrumentos apropriados de coleta de dados, que seja parte de um programa de informática eficaz, para poder observar os processos tanto na dimensão do município, quanto na dimensão regional do Estado. A intervenção sobre os riscos e agravos dos problemas de saúde, deve necessariamente envolver ações de promoção, prevenção, reabilitação e inserção social. (Ministério da Saúde, 2019).

Os serviços em saúde mental têm um difícil complicador: a ausência de pessoas especializadas e capacitadas. Tal dificuldade requer uma ação ampla e bem articulada com instituições capacitantes e centros formadores, como por exemplo as universidades. Podendo assim implantar e implementar atendimento aos portadores de transtornos mentais em todas as etapas de vida obedecendo aos princípios da universalidade, equidade e integralidade. (Fiocruz, 2021).

Atualmente, a saúde mental de crianças e adolescentes está em pauta nos debates de diversos campos da saúde. Além disso, é alvo das políticas públicas brasileiras, conforme Portaria nº 3.088 de 23/12/2011 do Ministério da Saúde, a qual compreende que esse público necessita de um atendimento especializado, que leve em consideração o perfil e as necessidades dessa faixa etária. No entanto, a saúde mental infantil passou por um longo percurso de descaso e marginalização e, portanto, a construção de estratégias destinadas a esse público configura-se como um desafio recente (Ribeiro, 2006; Cunha & Boarini, 2011).

Como salientam Couto e Delgado (2015), no Brasil, a saúde mental de crianças e adolescentes apenas recentemente tornou-se alvo das políticas públicas. A participação da escola na promoção de saúde mental pode ser encontrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual assume que a mesma deve promover o desenvolvimento global das crianças. A escola pode contribuir de diferentes maneiras para a promoção de saúde mental, seja

consolidando-se como um ambiente saudável e protetor, seja preocupando-se em desenvolver nas crianças recursos que as ajudem a lidar com os desafios cotidianos e que permitam a elas se perceberem como protagonistas dos processos de saúde.

Entende-se a escola como um espaço preocupado com o desenvolvimento da autonomia de seus membros, com a concretização de relações democráticas e solidárias, por meio das quais são estimuladas a reflexão crítica, a valorização das relações humanas e a participação social (Alves, Aerts, & Câmara, 2015). Sabe-se que as vivências no espaço escolar influenciam no estabelecimento de padrões de relacionamento que as crianças estabelecem entre si e com o mundo (Lara et al., 2012), portanto, trabalhar o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis neste espaço é fundamental.

Em resumo, considerando-se a realidade latino-americana, a discussão da saúde mental infantil torna-se ainda mais relevante, uma vez que as condições de vida nesses países, marcados pela situação de pobreza de grande parte da população, impõem desafios à saúde mental das crianças, como a dificuldade de acesso a serviços básicos, a necessidade de iniciar a vida laboral ainda na infância para contribuir com a renda familiar ou a necessidade de assumir afazeres domésticos, como cuidar dos irmãos mais novos (Belfer & Rodhe, 1995; Lara et al, 2012).

Portanto, é importante discutir de modo mais detalhado a saúde mental infantil, a partir da constatação de que é possível e urgente pensar em estratégias de promoção e prevenção em saúde mental para essa população, uma vez que, apesar das diferenças estatísticas, estudos epidemiológicos brasileiros apontam que 10 a 20% das crianças e adolescentes apresentam algum tipo de transtorno mental (Vieira, Estanislau, Bressan & Bordin, 2014).

Metodologia

O presente estudo inicia-se por uma pesquisa bibliográfica e análise preliminar sobre o tema, visando entender o acesso à saúde mental dos jovens,

bem como as políticas públicas criadas para aqueles que apresentam o risco de desenvolver algum problema psíquico, no município de Maricá.

Por isso, será realizado um estudo do tipo descritivo baseado em dados colhidos no Centro de Atenção Psicossocial, Posto de Saúde Central e Conselho Tutelar. Os dados serão coletados no ano de 2022, baseado em quantidade de crianças e adolescentes com diagnóstico para distúrbio mental, tal como o acesso a rede de apoio e políticas públicas realizadas para essa população.

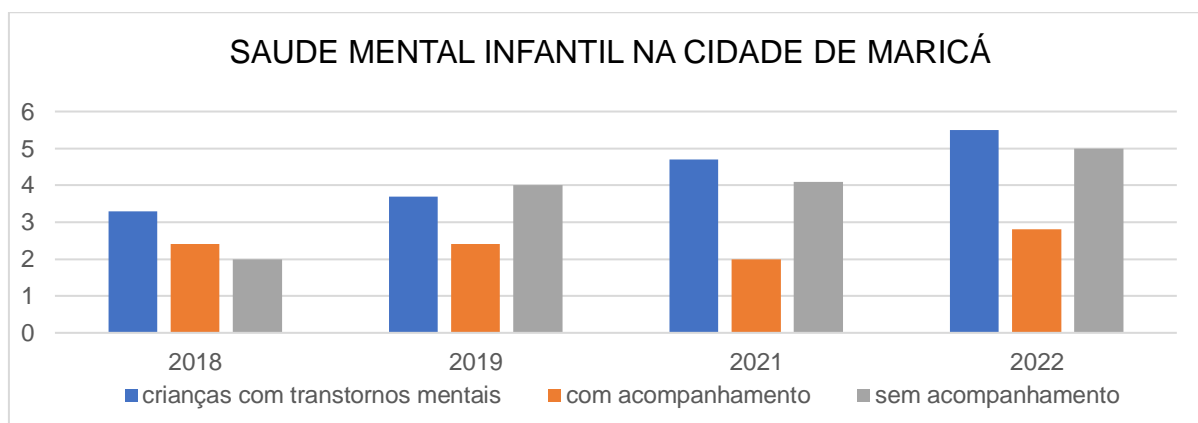
A pesquisa

Tem como objetivo apontar importância da implementação de políticas públicas em saúde mental dentro da atenção básica, as quais estão voltadas para melhorias nas condições de saúde mental da população.

Resultados da Pesquisa

Na presente pesquisa evidenciou-se em diferentes períodos que há um aumento significativo envolvendo a saúde mental dos jovens na cidade de Maricá, em entrevistas no Centro de Atenção Psicossocial, Posto de Saúde Central e Conselho Tutelar do município foi constatado que muitos jovens sofrem de algum tipo de transtorno mental sem acompanhamento.

Nos anos de 2021 e 2022 esse número subiu de forma considerável devido aos impactos da covid-19, pois a pandemia contribuiu para expor um aumento dos casos de transtorno mental que já era percebido nos anos anteriores. o que gerou um aumento conforme o gráfico a seguir:



Conclusões

Esta pesquisa identificou diversos fatores psicossociais associados a problemas de saúde mental dos adolescentes, como os próprios do indivíduo, reflexos da pandemia, escola, comunidade, entre outros, como previsores de degradação da saúde dessa população. Esses fatores devem ser considerados em propostas de programas de promoção, prevenção e tratamento da saúde mental dos adolescentes.

Os CAPSi são a principal ação brasileira que respondem à necessidade de ampliação de acesso ao tratamento para casos de saúde mental, visando a melhoria no conhecimento clínico, epidemiológico e sobre organização de serviços no campo da saúde mental infantil e juvenil. Vale ressaltar que a montagem de serviços multiprofissionais, de base comunitária, e mais especializados para tratamento de jovens com múltiplas e complexas necessidades decorrentes de transtornos mentais vem sendo reafirmada internacionalmente.

É importante frisar que a proteção à saúde mental do adolescente inicia-se com os pais e os demais familiares, as escolas e a comunidade. Faz-se necessário que os profissionais de saúde e de educação estejam sensibilizados e preparados para adotar estratégias preventivas e promotoras de saúde que levem em consideração os aspectos biopsicossociais e culturais dos adolescentes.

Contudo, é indispensável reconhecer que o adolescente em sofrimento psíquico é um sujeito que vive em um contexto subjetivo e, desta forma, as propostas de transformação não terão o alcance necessário às necessidades e demandas desses indivíduos se não houver uma articulação efetiva entre os diversos setores, trabalhadores de saúde, usuários e família. Assim, há muito a ser feito em direção a um novo modo de cuidar.

Agradecimentos

A Prefeitura de Maricá (RJ) e ao Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), pelo apoio financeiro à pesquisa através do seu Programa de Iniciação Científica edição 2022.

Referências bibliográficas

DOURADO SOUZA AKAHOSI, Amanda; LIDIA TANÕ, Bruna; BARBOSA CID, Fernanda. et al. Saúde Mental de Crianças e Adolescentes e Atenção Psicossocial, Ed Manole. 2021

BAPTISTA, Francisco Junior; PADOVANI, Caroline Rabelo. Neuropsicologia na Infância e na Adolescência. Ed. Manole. 2021

Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil.
Disponível: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caras.pdf Acesso: 20 de outubro 2022

Políticas Públicas em Saúde Mental
Disponível: <https://unilavras.edu.br/2020/12/03/atendimento-saude-mental>
Acesso: 05 de junho 2022

Ações de Saúde Mental na Atenção Básica: Caminho para Ampliação da Integralidade da Atenção Disponível: <https://www.scielo.br>
Acesso: 05 de junho 2022.

O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental
Disponível: <https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/2532>
Acesso: 07 de setembro 2022.

Saúde mental e a pandemia de Covid-19
Disponível: <https://bvsmms.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>
Acesso: 07 de setembro 2022.

A saúde mental infantojuvenil sob a ótica de gestores da Atenção Básica à Saúde: possibilidades e desafios
Disponível: <https://www.scielo.br>
Acesso: 23 de outubro 2022.

Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil
Disponível: <https://www.scielo.br>
Acesso: 03 de novembro 2022.